

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mão de obra terceirizada para disponibilização de funcionários para atuar todos os dias em período integral nas ações de limpezas, vistorias, notificações e demais do gênero, em locais públicos e privados propícios a criação e proliferação de insetos como o mosquito (*Aedes Aegypti*), visando contribuir com as ações da vigilância epidemiológica do Setor da Saúde.

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

O presente Termo de Referência tem por objeto a futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mão de obra terceirizada para disponibilização de funcionários para atuar todos os dias em período integral nas ações de limpezas, vistorias, notificações e demais do gênero, em locais públicos e privados propícios a criação e proliferação de insetos como o mosquito (*Aedes Aegypti*), nos termos da Lei 13.722/18.

O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações.

JUSTIFICATIVA:

Diante do aumento das incidências de casos de dengue no município, o Setor de Saúde necessita da composição de uma nova equipe para intensificar as ações de combate ao vetor transmissor, o mosquito "*Aedes Aegypti*", uma vez que o município não conta no seu quadro pessoal disponível para tal serviço, justificando assim, esta contratação.

RESULTADOS ESPERADOS:

Espera-se promover a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mão de obra terceirizada para disponibilização de funcionários para atuar nas ações da vigilância epidemiológica do Setor da Saúde para combater assim a proliferação de insetos como o mosquito (*Aedes Aegypti*), nos termos da Lei 13.722/18.

CICLO DE VIDA DO OBJETO:

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

SUBCONTRATAÇÃO:

Fica vedado ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações do objeto contratado.

DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

DA CONTRATAÇÃO:

Por "Menor Preço" Global. Definidas no Estudo Técnico Preliminar.

SOLICITAÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

O contratante convocará a contratada para executar os serviços, objeto da licitação, após a assinatura do contrato e/ou homologação do certame, em caso de ARP – Ata de Registro de Preços.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que, o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

A convocação poderá ser enviada à contratada via Correio eletrônico (e-mail).

ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO CONTRATADO:

Estima-se a contratação de 03 (três) funcionários para atuar todos os dias em período integral nas ações de limpezas, vistorias, notificações e demais do gênero, em locais públicos e privados propícios a criação e proliferação de insetos como o mosquito (*Aedes Aegypti*), visando contribuir com as ações da vigilância epidemiológica do Setor da Saúde, conforme descrições baixas:

- Fornecimento de até 03 (três) funcionários para a realização de serviços gerais;
- Carga Horária: 8 horas diárias de segunda à sexta-feira.
- Manutenção e limpeza de áreas públicas, envolvendo capina ou roçagem, varrição de vias públicas, limpeza de bueiros e bocas de lobo;
- Vistoria e controle de imóveis residenciais habitados ou não, e imóveis comerciais;
- Coleta, transbordo e transporte de entulhos para descarte adequado;
- Limpeza e conservação de praças, parques, jardins, recintos e prédios;
- Auxiliar serviços de jardinagem;
- Executar a limpeza de logradouro públicos, limpeza de ralos, calhas, caixa d'água, executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associado à sua especialidade ou ambiente.

CANCELAMENTO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PELA CONTRATANTE:

Caso haja necessidade de cancelamento da execução dos serviços, sua solicitação deverá ser devidamente justificada.

GESTÃO DO CONTRATO:

Após a assinatura do contrato a prefeitura deverá convocar seus representantes para apresentação do plano de fiscalização, o qual conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis pela inobservância ou inexecução do contrato.

A gestora do contrato será a Supervisora dos Serviços de Saúde, a qual irá acompanhar a execução e a fiscalização, prestando subsídios necessários para execução dos serviços, em conformidade com suas competências e demais disposições legais necessárias ao bom andamento dos serviços.

VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O prazo de duração do contrato/ARP será de 03 (três) meses, contados da data de sua assinatura.

ACEITAÇÃO DO OBJETO:

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em partes, quando em desacordo com as especificações e exigências constantes neste Termo de Referência, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos imediatamente após ciência do contratante, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.

PRAZO DE FATURAMENTO/PAGAMENTO:

O pagamento do preço ajustado será efetuado, por depósito bancário na conta da **CONTRATADA**, em até 30 (trinta) dias, contados da data de entrega do relatório de execução dos serviços, que será apresentado com a respectiva nota fiscal eletrônica/fatura e aprovação da gestora do contrato.

Na nota fiscal eletrônica emitida deverá ser destacado o imposto retido de acordo com a legislação tributária, não havendo destaque dos impostos, o **CONTRATANTE** efetuará a retenção do valor de acordo com as normas legais vigentes e a tabela de retenção aplicáveis ao caso.

FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais.

As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência deverão informar essa condição expressamente nos documentos fiscais.

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:

A empresa será selecionada por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor valor global, com critério de julgamento do tipo menor preço, observadas as exigências deste termo de referência, estudo técnico preliminar e edital.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

Registro Comercial, no caso de empresa individual;

Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de Regularidade junto à Fazenda Estadual, tanto dos Débitos Inscritos quanto os Débitos ainda Não Inscritos, na Dívida Ativa do Estado;

Prova de Regularidade referente a Débitos Federais, inclusive com a Dívida Ativa e Contribuições Federais e a Seguridade Social;

Prova de Regularidade referente à Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Registro ou inscrição na entidade profissional competente.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o balanço patrimonial, limitar-se-á ao último exercício.

As licitantes que adotaram a escrituração digital ECD-SPED, já exigíveis estão dispensadas da apresentação do Balanço Patrimonial, devendo apresentar obrigatoriamente, em seu lugar, o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil **Digital (ECD-SPED), pelo Agente Receptor SERPRO, dos dois últimos exercícios financeiros.**

No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o SPED, limitar-se-á ao último exercício.

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo simples nacional poderão apresentar o DEFIS em substituição ao balanço patrimonial; neste caso, obrigatoriamente deverão apresentar:

O enquadramento no Simples Nacional, comprovado através de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica;

Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – DEFIS, dos dois últimos exercícios financeiros.

Quaisquer empresas não optantes pelo simples nacional, inclusive ME ou EPP, e que não adotaram a escrituração digital (ECD-SPED) deverão obrigatoriamente apresentar o Balanço Patrimonial.

As empresas constituídas no mesmo exercício financeiro do presente certame deverão atender a todas as exigências da habilitação, ficando autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo registro contábil de abertura.

A Capacidade Financeira da pessoa jurídica representada pelo Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis de cada exercício social deverá ser comprovada pelos seguintes índices:

Liquidez Geral (LG);
Liquidez Corrente (LC); e
Endividamento (E).

Tais índices serão calculados como se segue:

$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP);$

$LC = (AC / PC);$

$E = (PC + ELP) / PL.$

Onde:

PL = Patrimônio Líquido;

AC = Ativo circulante;

PC = Passivo circulante;

ELP = Exigível a longo prazo;

RLP = Realizável a longo prazo.

Serão exigidos índices de:

Liquidez Geral, igual ou maior a 1,0;

Liquidez Corrente, igual ou maior a 1,0;

Endividamento, igual ou menor a 1,8.

A demonstração dos índices deverá ser efetuada através da elaboração de documento contendo as fórmulas acima indicadas, declaração formal de que os valores respectivos inseridos foram extraídos do balanço patrimonial apresentado, bem como os respectivos quocientes apurados e as assinaturas dos representantes legais e de seu contador, devidamente identificados.

As certidões terão validade pelo prazo nela consignados e quando omissão terão validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição.

AO MENOS A SEGUINTE DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR:

Declaração dos Requisitos de Habilitação.

Declaração de Idoneidade.

Declaração de cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação.

Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

A proposta deverá ser apresentada, por meio eletrônico, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal do licitante, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões.

A proposta de preços deverá conter:

Razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico da empresa;

Modalidade e número da licitação;

Especificação do objeto licitado, conforme edital e anexos;

Valor global por item, discriminando o preço unitário e total dos itens que o compõe;

Os valores unitários e totais devem ser apresentados em moeda nacional e em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

O valor global por item deve ser apresentado em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

Quando a divisão do valor total/global pela quantidade licitada resultar em valor com mais de 02 (duas) casas decimais, o valor unitário deverá ser adequado ao limite de duas casas decimais.

Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias contados da assinatura.

Local, data e assinatura do representante legal da empresa licitante.

Será facultado à contratante, quando necessário, exigir da licitante comprovação da exequibilidade da proposta ofertada.

O critério para aceitabilidade da proposta será o de menor valor global.

DAS OBRIGAÇÕES MÍNIMAS DO CONTRATADO:

Executar fielmente o contrato de acordo com as cláusulas avençadas e as normas legais, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Responsabiliza-se pelos encargos previdenciários, tributários, trabalhistas, fiscais e sociais, que venham a incidir sobre a execução do contrato;

Responsabiliza-se por danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, em que se verificarem falhas na execução do objeto, sendo que a fiscalização designada pelo **CONTRATANTE** não caracteriza a exclusão destas responsabilidades;

Eventuais locomoções, acomodações e alimentações de pessoal, para cumprimento do contrato;

Comunicar ao **CONTRATANTE**, no caso de mudança de situação no contrato social, endereço ou telefone;

Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Fornecimento e fiscalização, de seus funcionários, no que tange ao uso de Equipamentos de Proteção Individual, durante a execução contratual;

Manter conta bancária no nome empresarial, disponível para pagamento, com cheque emitido nominalmente para depósito somente na conta do favorecido;

Responsabilizar-se pelos trabalhos desenvolvidos pelos seus contratados sob qualquer espécie;

Utilizar pessoal técnico, a ela regularmente contratada por qualquer espécie, devidamente habilitados.

DAS OBRIGAÇÕES MÍNIMAS DO CONTRATANTE:

Rejeitar qualquer serviço se não executado de acordo com as normas estabelecidas;

Regressar contra a **CONTRATADA** no caso de indenização ou reparação a terceiros em razão da execução dos serviços objeto do contrato;

Executar o pagamento, à contratada, da forma disposta;

Promover a medição dos serviços prestados através de relatórios entregues no Setor de Compras, como condição de pagamento da Nota Fiscal correspondente.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos e demais normas atinentes, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

Ficará impedida de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Município de Taiuva/SP, pelo prazo de 3 (três) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que:

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

Não mantiver a proposta, lance ou oferta;

Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação;

Falhar ou fraudar na execução do contrato;

Atrasar na entrega do objeto contratado.

Demais sanções administrativas são aquelas previstas pelos Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/21.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A execução do contrato, bem assim os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma da legislação vigente.